

“A ESCOLA É NOSSA”¹: DIMENSÃO PEDAGÓGICA DAS OCUPAÇÕES

Letícia Gabrielle Lima da Costa e Silva; Paulo Jackson Garcez Santos; Priscila Serafim de Andrade; Sabrina Duarte Correa; Soraia de Carvalho (orientadora).

*Universidade Federal de Pernambuco
leticiagabriellel@hotmail.com*

RESUMO

O presente artigo pretende realizar uma análise da dimensão pedagógica apropriada nas ocupações escolares de 2016, na cidade do Recife. Nesse contexto, através do método materialismo histórico e dialético, buscou-se uma maior compreensão dos elementos da estrutura educacional e conjuntura político-econômica do país. Esta elaboração teórica, foi possível mediante pesquisa exploratória, bibliográfica e documental de natureza qualitativa. Ao utilizar as falas retiradas do documentário “Bora Ocupar”, foi possível apreender as experiências e vivências dos estudantes, possibilitando assim uma maior aproximação com o movimento. A partir do método da ocupação, verificou-se atividades lúdicas e de conteúdo político e emancipatório, contida numa autogestão dos estudantes. A defesa de uma escola para os estudantes, fez ressignificar o espaço escolar em que debates e a participação coletiva foram componentes do movimento social, e que permitiu a visibilidade de suas pautas e reivindicações.

Palavras-chave: Ocupações Escolares, Dimensão Pedagógica, Autogestão, Movimento Social.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de um projeto de extensão vinculado à Universidade Federal de Pernambuco no departamento de Serviço Social, intitulado “Bora Ocupar: Um registro das ocupações de escola em Recife”. O projeto objetiva registrar as experiências das ocupações recifenses, visto que o intuito das gestões das escolas ocupadas é promover o esquecimento do movimento protagonizado pelos e para os estudantes. Com a experiência extensionista foi percebido que as ocupações fizeram parte de um processo de reação ao contexto econômico-político da última década. A partir desse pressuposto e tendo em vista as experiências dos secundaristas, surgiu a indagação se foi possível haver um caráter pedagógico na prática executada pelos alunos nas ocupações recifenses.

Diante dessa questão, buscou-se elaborar um material capaz de rememorar o movimento estudantil de 2016, que tiveram mais de mil ocupações por todo Brasil, 26 em Pernambuco e 13 na cidade do Recife. Além de que o ato possui uma grande relevância social, pois é um momento em que os alunos se organizaram e impuseram uma postura séria

¹ Fala da Estudante Maria Karina (Ocupa Cândido Duarte) no Documentário Bora Ocupar, que está em processo de construção. Todas as citações de ex-ocupantes foram fornecidas para a produção do documentário com a devida autorização dos jovens e de seus responsáveis, no caso daqueles que são menores de idade.

contra as mudanças da escola pública nos últimos tempos. Ademais, objetivou-se, através do método materialista histórico e dialético, caracterizar o período da sublevação dos secundaristas de modo a criar um conteúdo acadêmico para aqueles que se interessam pela temática abordada.

O direito à escola pública é uma conquista que perpassa vários períodos históricos até se tornar um direito social presente na Constituição Federal (1988). De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (2017), “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Porém, nem sempre essas funções são efetivadas devido a diversos fatores sejam eles sociais, culturais, econômicos e\ou políticos.

METODOLOGIA

O presente artigo foi construído mediante uma pesquisa exploratória buscando proporcionar maior familiaridade com o objeto de estudo (GIL, 2010, p.27) podendo ser classificada como bibliográfica por ter sido elaborada com base em material já publicado (GIL, 2010, p.29) e documental por abranger todas as formas de documentos elaborados com finalidades diversas (GIL, 2010, p.30), incluindo, também, materiais não publicados. Dessa forma, sendo de natureza qualitativa por trabalhar com o conjunto de fenômenos humanos entendido como parte da realidade social (MINAYO; DELANDES; GOMES, 2009, p.21) em que buscou-se entender os motivos e motivações subjacentes das ocupações secundaristas no ano de 2016, enfatizando seu caráter pedagógico.

A partir disso, utilizando-se do método materialismo histórico e dialético que considera a historicidade dos processos sociais e dos conceitos, além da abordagem dialética que junta a proposta de analisar os contextos históricos, as determinações socioeconômicas dos fenômenos e relações sociais de produção (MINAYO; DELANDES; GOMES, 2009, p.24), objetivou-se abordar o caráter educativo das ocupações. Desse modo, os resultados vão se dar a partir do estudo sobre as ocupações dos secundaristas, que será através da leitura de artigos e matérias de revistas produzidos sobre as ocupações nas escolas, além da análise das falas dos estudantes que foram retiradas do documentário “Bora Ocupar” que está em construção, averiguando suas demandas e a natureza educativa das ocupações.

1. CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO E ECONÔMICO

O cenário em que se desenvolveram as ocupações é permeado não só pelos impactos da crise do capital nos anos 2007-2008, bem como pela ruptura da democracia e desmonte de direitos sociais decorrentes do atual governo. O anúncio da reforma do Ensino Médio pelo ministro da educação, Mendonça Filho (DEM-PE), integrante de um governo ilegítimo, denotou ameaças e sequestros a direitos historicamente conquistados.

Ajustes fiscais nos Ministérios da Educação e Saúde, já vinham sendo impostos pelo governo anterior. Com a proposta de emenda constitucional 241, que depois tramitou como PEC 55, o governo golpista, em 2016, implantou o congelamento de gastos com saúde, educação e assistência social por 20 anos. Neste sentido, o governo Temer imperou um draconiano corte nos recursos públicos a curto prazo, bem como um prejuízo desmedido a médio prazo nas políticas sociais. Além disso, ele alegou querer “salvar” a educação com a medida provisória 746/2016, reforma do ensino médio.

Ao impor tal medida, o governo ignorou secundaristas e professores. Como resultado, estudantes promoveram mais de mil ocupações de escolas pelo país, apresentando pautas e propostas para o Ensino Médio e sobre a relação dos governos com as escolas públicas. Dentre as reivindicações destes, está a participação direta nas possíveis mudanças na educação. Posteriormente, uma pesquisa do IBOPE², encomendada pelo Ministério da Educação, apontou que 72% dos brasileiros eram a favor da reforma do Ensino Médio. Com isso, a Lei 13.415 da reforma do ensino médio foi aprovada no Congresso.

Freitas apud Dantas (2018, p.106) salienta que a agenda educacional no Brasil atualmente, está sendo concorrida entre os profissionais da educação e os reformadores empresariais da educação. E que sob o enfoque da racionalidade empresarial, a educação é um setor estratégico deveras importante para ficar apenas sob o monopólio dos educadores. A ofensiva do capital, permite que empresários passem a ter uma presença maior no âmbito da educação, especialmente no ensino médio. A padronização, a abertura para o EaD, o sistema de apostilamento e o enxugamento de disciplinas obrigatórias evidenciam a investida do empresariado na esfera educacional.

1.1 Ensino Técnico e Privatização

² Porém, a pergunta possuía um caráter tendencioso e superficial. A pergunta foi: “O senhor é a favor ou contra a reformulação do ensino médio que, em linhas gerais, propõe ampliação do número de escolas de ensino médio em tempo integral, permite que o aluno escolha entre o ensino regular e o profissionalizante, define as matérias que são obrigatórias, entre outras ações?”

Segundo FREITAS (2012, p.380) a valorização do ensino técnico nas escolas públicas está ligada ao ideal norte-americano dos “*corporate reformers*”³, que veem na privatização a forma mais adequada de “consertar” a educação. No Brasil, o movimento Todos pela Educação coordenou a ação dos empresários dos setores financeiro, siderúrgico e da comunicação no campo da educação. A reestruturação da educação a partir da iniciativa privada, em que se impõe a lógica da produção à educação, se relaciona com a “pedagogia tecnicista”, que foi conceituada por SAVIANI apud FREITAS (2012, p.383)

A partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirado nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, (...) advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional. (...) na pedagogia tecnicista (...) é o processo que define o que professores e alunos devem fazer, e assim também quando e como o farão.

KANE & STAIGER apud FREITAS, (2012, p.383) afirma que a privatização introduziu na educação a possibilidade de que uma escola continue sendo gratuita para os alunos, porém o Estado transfere para a iniciativa privada um pagamento pela sua gestão. No Brasil, a instituição de “bolsas” permite aos alunos estudarem nas escolas privadas. Movimentos nesta direção já podem ser percebidos, como o Programa Universidade para Todos (Prouni – no ensino superior) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec – no ensino médio).

Em virtude disso, há um processo de desresponsabilização do Estado pela educação pública. Para FREITAS (2012, p.386), os “reformadores empresariais alegam que “assim como os ricos podem escolher as escolas nas quais querem matricular seus filhos, também os pobres devem poder fazê-lo”. Diante disso há uma isenção do Estado quando convém – ou seja, quando está em jogo, por um lado, o faturamento das corporações educacionais e, por outro, o controle ideológico do sistema educacional pelas corporações empresariais para colocá-lo a serviço de interesses de mercado, estreitando as finalidades educativas.

2. PERSPECTIVA CRÍTICA DA EDUCAÇÃO

As elaborações teóricas de Paulo Freire são um marco para apreender, numa perspectiva crítica, a forma como se transfere o conhecimento presente nas escolas brasileiras. De acordo com FREIRE (1970, p.39) “Nas sociedades em que a dinâmica estrutural conduz à

³ “Corporate reformers” é um termo criado pela pesquisadora Diane Ravitch para designar os chamados reformadores empresariais da educação nos Estados Unidos.

escravização das consciências, ‘a pedagogia dominante é a pedagogia das classes dominantes’”. Partindo desse pressuposto, portanto, pretendeu-se analisar a relação do modelo de educação com as necessidades do modo de produção capitalista. De certo, sendo uma das bandeiras levantadas pelos secundaristas que se evidencia na fala da estudante Katarina:

Então, pronto, o desespero começou daí, da PEC e depois de um tempo surgiu a MP, que era a Reforma do Ensino Médio, dizendo que a gente ia perder matérias de Filosofia, de Sociologia, pra ter um currículo totalmente técnico (...) Então a gente fez “não minha gente, isso é um absurdo, fora a gente ter 20 anos de congelamento de gastos, ainda vai ter redução do nosso pensamento”, vamos dizer assim, porque as matérias que iam ser cortadas eram justamente as matérias que faziam a gente ir além, a gente ter o conhecimento que a gente pode deter, de que a gente pode ter o poder. (2017)

Segundo Freire, o modo de ensino presente nas escolas tem como pressuposto metodológico a simples transferência de conteúdo do professor para os estudantes. Em suas palavras:

A educação passa a ser 'o ato de depositar', no qual os alunos são os depósitos e o professor aquele que deposita. Em lugar de comunicar, o professor dá comunicados que os alunos recebem pacientemente, aprendem e repetem. É a concepção ‘acumulativa’ da educação (FREIRE, 1970, p.41)

Com isso, os estudantes apenas assimilam as matérias sendo desvinculados da perspectiva crítica não só dos conteúdos, mas também da realidade que estão inseridos. Além disso, esse modelo supõe a superioridade do professor em detrimento do aluno de modo que este torna-se oprimido na sala de aula. Conseqüentemente, as experiências dessas opressões podem incidir diretamente nas relações sociais externas à escola.

Outra característica do modelo formal de educação é a desvinculação entre teoria e prática. Como afirma MARX e ENGELS (2011, p. 41) “É na prática que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, a força de seu pensamento”. Porém, esse método prático deve ser associado a teoria constituindo uma unidade, sendo caracterizada aqui como *Práxis*. A separação entre teoria e prática é premissa do capital, em que há separação entre trabalho manual de trabalho intelectual. Sendo essa característica refletida na educação. Desse modo, o estudante que não é estimulado nessas dimensões está fadado a um desenvolvimento deficitário, bem como afirmou MARX e ENGELS:

Se as circunstâncias em que este indivíduo evoluiu só lhe permitem um desenvolvimento unilateral, de uma qualidade em detrimento de outras, se estas circunstâncias apenas lhe fornecem os elementos materiais e o tempo propício ao desenvolvimento desta única qualidade, este indivíduo só conseguirá alcançar um desenvolvimento unilateral e mutilado. (2001, p. 43)

O modelo de ensino integral das escolas do Recife foi ampliado a partir dos projetos piloto dos Centros de Ensino Experimental, em 2004 e do Programa de Educação Integral, em 2008. Todavia, grande parte das escolas públicas pernambucanas não possuem uma infraestrutura adequada para oferecer aos estudantes. Questões como essa tornou-se pauta das reivindicações, bem como afirmou a ocupante Leonarda Santos (Leea), estudante da Escola Estadual Padre Dehon:

Eu vou falar por mim, eu saí de uma escola semi-integral e não tinha estrutura e, acredito que no Recife quase escola nenhuma tenha essa estrutura [...]. As escolas que sempre estudei [...], a gente não podia tomar banho e também a gente só tinha dois banheiros e era o intervalo de todo mundo na mesma hora. Então, eu acho que, primeiro o governo devia projetar uma escola que ela pudesse acolher os alunos. (2017)

Ao destacar as falas dos estudantes que protagonizaram as ocupações, é perceptível a rejeição das modificações propostas por Temer. Percebeu-se nessas propostas, não a solução dos problemas do Ensino Médio, mas a sua intensificação. Dessa forma, os ocupantes protagonizaram uma reação de grande importância política e social diante de tais medidas. De modo que na prática das ocupações foi possível superar a divisão entre teoria e prática, mesmo que temporariamente.

3. O MÉTODO OCUPAÇÃO

Ao analisar a conjuntura em que se enquadram as ocupações nas escolas do Recife, é notória a influência de movimentos ocorridos em outros estados, como, São Paulo e Paraná, no que se diz respeito ao método escolhido para resistir às medidas impostas pelo atual governo. Assim sendo, os mesmos estados tiveram como embasamento as ocupações que ocorreram no Chile em 2006, nomeada de “Revolta dos Pinguins”. Os estudantes secundaristas do Chile se organizaram para reivindicar uma educação pública, gratuita e de qualidade, que posteriormente, com a ampliação dos debates foi inserido entre as de mais demandas, a anulação da Lei Orgânica Constitucional de Ensino (LOCE) e a reformulação da Jornada Escolar Completa (JEC).

O método ocupação, utilizado pelos secundaristas, “trata-se de um método de ação direta, em que por cima das formalidades legais e burocráticas, os próprios oprimidos decidem e executam ações para solucionar seus problemas” (CARVALHO, 2018, p.10). Entretanto, a ocupação como forma de luta não é uma novidade, já que, tal método foi utilizado pelos operários e camponeses. No Brasil, a ocupação se tornou um importante

método para se ter acesso à terra, “Por meio das ocupações, os sem-terra especializam a luta, conquistando a terra e territorializando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST” (FERNANDES, 2001, p.1). À vista disso, segundo Certeau (1998) apud SILVA, B.; SILVA, E., (2017, p. 231) a ocupação das escolas pode ser entendida como uma tática encontrada pelo movimento estudantil para chamar atenção para suas demandas e reivindicações.

Os estudantes secundaristas da cidade de São Paulo, em 2015, tomaram como modelo a cartilha “Como Ocupar um Colégio” escrita pelos estudantes da Argentina e traduzido pelo Mal-Educado, além de contar com outros meios midiáticos para organizar as ocupações contra a proposta de reorganização das escolas Paulistanas. Por sua vez, os estudantes do Paraná, em 2016, adotaram o mesmo método reivindicando novas pautas, que logo alastrou-se por diversos estados do país, tanto nas escolas como nas faculdades, em repúdio ao que foi colocado pelo governo golpista.

No Recife, a primeira escola a ser ocupada foi a Escola de Referência em Ensino Médio Cândido Duarte. Assim como as outras, junto às demais pautas, os secundaristas exigiam a melhoria na estrutura dos colégios, além da disponibilidade de materiais para as atividades desenvolvidas no cotidiano dos colégios e uma maior participação dos estudantes na construção escolar. Essas e outras demandas aparecem na fala da estudante Mylena, do Ginásio Pernambucano:

Além da gente reivindicar melhorias para escola, a gente está contra a PEC, contra a reforma do ensino médio, enfim, todas essas coisas, a gente também tem uma crítica a nosso sistema de ensino. Assim né, porque é um sistema totalmente vertical, o aluno ele se sente oprimido[...]. Então, alunos que às vezes não querem ir para escola ou tem desinteresse, eles às vezes não passam na faculdade, às vezes acontecem diversas coisas e a gente tinha professores na escola que, às vezes, a gente perguntava assim “pode repetir? Eu não entendi” e o professor ele se negava a repetir. (2017)

Nessa conjuntura, os secundaristas ocuparam mais de mil escolas por todo o país, tendo o Paraná como o Estado com o maior número de ocupações. Além disso, se caracterizaram pelo seu caráter democrático e pedagógico, em que antes de ocupar os espaços seriam estabelecidas as pautas de reivindicações e demandas. Desse modo, a manutenção das escolas, se dava através da separação de comissões nomeadas pela assembleia geral. As comissões eram organizadas em segurança, comida, limpeza, etc., sem distinção de sexo, demonstrando, também, a luta contra o machismo, além de estabelecer uma rotatividade das atividades para que todos fizessem de tudo um pouco e não permanecesse nos mesmos serviços.

4. DIMENSÕES PRÁTICA E PEDAGÓGICA

Os secundaristas são sujeitos políticos que através do movimento social, se vestiram da filosofia das *Práxis*, e incorporaram uma consciência crítica. Essa consciência transpassa na interpretação da realidade dos estudantes e os fazem agir: “Ocupar a escola quer dizer, em um primeiro e básico sentido, *produzir a consciência da necessidade de aprender*, ou de saber mais do que já sabe”. CALDART apud MARTINS (2009, p.241). Tem por finalidade a mudança, dentro de uma concretude de relações antagônicas, e isso transparece nas pautas definidas pelos secundaristas nas ocupações.

Foram feitas reivindicações, em que, se mobilizaram através da prática direta da ocupação para uma reorganização do modelo de gestão escolar e educacional. A sequência de ações foi guiada por outras experiências e concretizadas, a partir do momento em que a ocupação escolar sucedeu, vigorando uma estruturação de caráter participativo, igualitário e sem distinção de gênero entre os secundaristas. A escola foi organizada para os próprios atores que ali pertencem, se a escola é feita para os secundaristas, então os mesmos devem participar da formação desta. Uma das estudantes, Katarina, indaga sobre sua participação:

A gente fez valer a palavra público, né? Porque o público, de acordo com a secretaria, é deles, não da gente. É deles, é só deles! Público é a minha escola. O estado é que toma conta? Não! Se é público, a gente também tem direito. Então, a gente vai ter que fazer de uma forma que a gente tenha direito a isso. E a gente mostrou que a gente tinha direito, que a escola também era nossa. (2017)

Ocorreram também atividades culturais e discussões sobre temáticas relevantes, sendo parte de um conjunto de atividades com caráter pedagógico como afirmou CANTINI; MELLO, 2016:

Em muitas ocupações ocorriam frequentes rodas de conversas e “aulas públicas” sobre temas como conjuntura nacional, ditadura militar, escravidão, racismo, homofobia, patriarcalismo, feminismo e etc.; atividades que, somadas a realização de apresentações teatrais, saraus de música e poesia, resultantes de interações entre estudantes e um conjunto de pessoas solidárias, contribuíram para a ampliação das trocas e dos horizontes culturais da luta. (p.1191)

Desse modo se verifica uma dimensão pedagógica inserida nas atividades dos secundaristas, como por exemplo, os atos políticos da ocupação. Os estudantes se tornaram protagonistas da ressignificação do espaço escolar, em que ao mesmo tempo em que se autogestionam, trazem a possibilidade de aprendizado tanto na luta por uma escola melhor

quanto nas propostas educacionais que vão de encontro com o modelo de ensino atual. O movimento social está intimamente interligado à educação, por conter elementos de aprendizagem e de desenvolvimento de um posicionamento ético-político diante de uma conjuntura, como afirmou GOHN (2011, p.333) “Há um caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar [...] quando há negociações, diálogos ou confrontos”.

Observa-se uma visão crítica por parte dos secundaristas sobre o modo como o capital e o Estado agem sobre o ambiente escolar, mesmo que de forma ainda nascente, e criam problemáticas a serem discutidas e colocadas como reivindicações. Daniel Maia expressa alguns dos questionamentos:

A escola é dos Estudantes e para os estudantes, somente. E qual a participação ativa que eles têm na construção escolar? Ou seja, essa ideia de função escolar tem que ser repensada no mundo que a gente vive. Não escola como apenas um modo de reprodução. Apesar de sustentar índices que dizem que ela é a melhor escola de Pernambuco [Ginásio Pernambucano], que Pernambuco tem a melhor educação, mas esses são apenas números. E números muitas vezes forçados. Números que, às vezes, só indicam o número de aprovados. (2017)

Algumas ocupações conseguiram negociar com o poder público, e ter visibilidade na mídia, mesmo que as alternativas. Outro instrumento utilizado, foi a realização de assembleias que promoveu os debates do curso das ocupações, sendo um meio importante de diálogo nessa fase já consistente do movimento, pois “é capaz de promover, além da cultura de participação, diálogo e organicidade das atividades escolares, uma cultura democrática e de totalidade” MARTINS (2009, p.252). Foi observado pelos estudantes, que as decisões poderiam ocorrer de forma coletiva e participativa, e colocar à frente as pautas nesse espaço de visibilidade, como relata Mylena:

A gente, basicamente, criou, não sei, uma forma assim, porque a gente tinha uma democracia direta, sabe? As assembleias eram incríveis assim, e que todo mundo poderia colocar sua opinião não era tipo, Ah um líder, não, não rola líder. Ai que lindo, isso é lindo, pô. Tipo todo mundo poderia falar o que quisesse e partir assim da maioria, sabe? Tipo era em conjunto, todo mundo decidia em conjunto. (2017)

Ainda sobre o que se refletiu nos estudantes como indivíduos e seres sociais, questões sobre preconceitos e modos de ver a realidade foram desconstruídas e reconstruídas, promovendo saberes e interpretações mais críticas como explana Caio:

[...] porque o jeito que a gente evoluiu, o tanto que a gente amadureceu, essa proporção foi tipo, demais, da gente ser. Eu mesmo, tipo, criança, muitas crianças ignorantes e preconceituosas e da gente tipo, da um... perder vários preconceitos. A gente deixar, não deixar de ser ignorante, porque falta ainda

muito, mas deixar de estar contente na ignorância, sabe, da gente querer mais, mais conhecimento, entrar mais, decidir mais e esse... esse ponto não tem como alterar, esse ponto, ele sempre vai ficar fazendo mudança. Essa nova geração que entra agora, amadurece agora, e agora vai fazer parte de qualquer forma, muda, muda tudo que ta acontecendo. (2017)

Além dos mais, os secundaristas se politizaram para efetivar a ocupação e com práticas pedagógicas reacenderam o movimento estudantil, tão indispensável como categoria nos movimentos sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A atual conjuntura do país e as medidas tomadas pelo governo, fomentaram o movimento estudantil e ocasionaram as ocupações de 2016, que foram um marco para os movimentos sociais atuais. Diante dos instrumentos e estratégias que foram utilizados pelos estudantes na ocupação, é possível verificar um direcionamento político, pedagógico e ético em torno do movimento. Nota-se uma dimensão pedagógica, na medida em que se registrou atividades lúdicas, participativas e de autogestão, que colocaram os estudantes como protagonistas de seu desenvolvimento escolar.

O movimento foi pautado em ações que viabilizaram saberes e a construção do indivíduo enquanto ser social, de forma que extrapola o ambiente da escola. Os diálogos foram recorrentes, e criaram em torno do movimento uma rede de solidariedade com contribuições dos familiares, rede com advogados e organizações que apoiavam as ocupações. As reivindicações foram discutidas com órgãos públicos e por meio da mídia, que também foi utilizada para convocar estudantes para manifestações. A participação coletiva também evidencia a forma em que se organizou a ocupação, conectando saberes e a prática para promover a luta estudantil em prol de uma escola melhor. Portanto, que levou os estudantes a conhecimentos que a educação da maioria das escolas públicas brasileiras estava longe de oferecer.

CONCLUSÃO

Com o método ocupação utilizados pelos estudantes secundaristas contra a imposição do teto de gastos, bem como implementação da ampla reforma no ensino médio, foi possível reconhecer através das práticas educativas executadas no interior das escolas ocupadas, o desenvolvimento de uma dimensão pedagógica. Esta característica foi notada, com base nas atividades desenvolvidas como: assembleias para tomadas de decisões, rodas de

diálogos, saraus, etc. Por conseguinte, possibilitou a desconstrução de preconceitos e a construção da perspectiva crítica da realidade.

Ademais, esta dimensão pedagógica de caráter democrático, contribuiu para o protagonismo dos estudantes na luta por uma maior participação nas políticas que lhes afetam. Eles sabem a educação que não querem: a formal, mera acumuladora de informações, em que não há espaço para a reflexão e a crítica. Os jovens querem uma educação que ultrapasse a sala de aula, pois já se reconhecem como detentores do poder para se tornarem agentes da mudança.

REFERÊNCIAS

CANTINI, C. R.; MELLO, G. M. C. **ESCOLAS DE LUTA, EDUCAÇÃO POLÍTICA**. Educ. Soc., Campinas, v. 37, n. 137, p. 1177-1202, Dez. 2016.

CARVALHO, S. **“Bora Ocupar”**: um balanço das ocupações de escola em Recife. IV Conferência Internacional Greves e Conflitos Sociais crise do capitalismo, novas e velhas formas de protesto. 10-13 Julho de 2018. FFLCH, USP. São Paulo. 2018.

DANTAS, J. S. **O ensino médio em disputa e as implicações da BNCC para a área das Ciências Humanas**. Revista Universidade e Sociedade, Brasília, ano 28, nº 61, p. 106, janeiro. 2018.

FERNANDES, B. **A OCUPAÇÃO COMO FORMA DE ACESSO À TERRA**. Washington. 2001.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**, Ed. Cortez & Moraes, São Paulo, 1979.

FREITAS, L. C. **Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico**, Educ. Soc., Campinas, v. 35, nº. 129, p. 1085-1114, out - dez, 2014.

_____. **Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação**, Educ. Soc., Campinas, v. 33, nº 119, p. 379-404, abr – jun, 2012

_____. **Privatização do ensino público no Brasil e movimentos de resistência dos estudantes**, Desidades, número 13, ano 4, Rio de Janeiro, dezembro, 2016.

GIL, A. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo. Atlas S. A., 2008.

GOHN, M. G. **Movimentos Sociais na Contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação. v.16 n.47 Maio-ago. São Paulo, 2011.

LDB : Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

MANHAS, C.; ACIOLI, M. **Não é “reforma”, é mais um golpe na Educação**. Carta Capital. 23, set. 2016.

MARTINS, J. F. **O caráter pedagógico da ocupação das escolas**. Gazeta do Povo. 13, out. 2016. Artigos.

_____. **Ocupação da Escola**: Uma categoria em construção. UFRS. p. 241-255. Porto Alegre, 2009.

MARX, K.; ENGELS, F. **Textos sobre Educação e Ensino**, Ed. Navegando, Campinas - SP, 2011.

MINAYO, M.; GOMES, R.; DESLANDES, S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. São Paulo. Vozes, 2009.

O MAL-EDUCADO. **Como ocupar um colégio?**: manual escrito por estudantes secundaristas da Argentina e Chile. Disponível em: . Acesso em: 19 mar. 2016.

PRATES, G.; RUGGI, L.; SILVA, M.; MACHADO, V. **Ocupar e Resistir Memória de Ocupação Paraná 2016**. Curitiba. UFPR, Setor de Educação, 2017.

SILVA, B.; SILVA, E. **“UMA PÁ DE OCUPAÇÃO”**: Ocupações escolares e atuação juvenil no Rio Grande do Sul (2016). Revista Teias. V.18. n. 17 Jul.- Set. 2017.

TOKARNIA, M. **Ibope: 72% aprovam reforma do ensino médio e 59% são a favor da PEC do Teto**. 2016. Disponível em: ><http://agenciabrasil.ebc.com.br/ibope-72-aprovam-reforma-do-ensino-medio-e-59-sao-a-favor-da-pec-do-teto>>. Acesso em: 08 de Set de 2018.

ZIBAS, D. **“A Revolta dos Pingüins” e o novo pacto educacional chileno**. Revista Brasileira de Educação. v. 13 n. 38 maio/ago. 2008